

A duplicidade de um conflito ambiental: sobre a catástrofe da UHE Belo Monte a partir dos Yudjá do Médio Xingu¹

Lucas de Lucena Fiorotti – UFES

Palavras-chave: Belo Monte; Cosmopolítica; Antropoceno.

Resumo

A intenção desse trabalho é refletir sobre os modos de viver e habitar a terra segundo a cosmociologia Juruna Yudjá e como tais modos respondem e se posicionam em relação aos processos de modificação e afetação do território causado pela construção e operação da UHE Belo Monte. O que interessa aqui é a versão indígena sobre a catástrofe a fim de cartografar as contra-abordagens Juruna no que diz respeito às ações não-indígenas de exploração e modificação da terra.

Introdução

“Nós, Juruna, não temos pés, temos canoas para navegar no rio, assim somos nós” (Dona Jandira)².

O interesse em megaempreendimentos alinhados com uma ideia de desenvolvimento econômico suplanta a política ambiental brasileira, de forma que seus cronogramas de construção estão sempre acelerados e blindados contra ações públicas que tentam evidenciar suas violações contra a qualidade ambiental e os direitos de povos indígenas e das populações habitantes dos territórios afetados pelas obras. A Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte é um desses megaempreendimentos. A intenção desse trabalho é refletir sobre os modos de viver e habitar a terra segundo a cosmociologia Yudjá e como tais modos respondem e se posicionam em relação aos processos de modificação e afetação do território causado por este empreendimento, de suma importância no cenário político-ambiental brasileiro.

A história da usina começa com os Estudos de Viabilidade do então Complexo Hidrelétrico do Xingu em 1980 quando Belo Monte ainda se chamava UHE Kararaô. A insegurança local frente ao projeto culminou no Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, que barrou sua construção e exigiu revisão dos projetos de desenvolvimento na região. O projeto retorna em 1993 com o nome de Belo Monte, é

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 46.

barrado novamente em 2001 por uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF), porém em 2002 é classificado como obra estratégica do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas tendo seus estudos de viabilidade aprovados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2005 com o tempo recorde de trâmite de quatro dias. Trabalhos recentes insistem na série de crimes perpetrados pela construção e operação de Belo Monte (MANTOVANELLI, 2016; FLEURY, 2013; PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018; PALMQUIST, 2018). Dentre elas estão casos de servidão ou trabalho análogo a escravidão (PALMQUIST, 2018, p. 111), insegurança alimentar, graves problemas de saúde (PALMQUIST, 2018, p. 113), destruição de lideranças e símbolos religiosos e culturais (PALMQUIST, 2018, p. 117), violações de direitos territoriais indígenas e destruição do regime de vida do Médio Rio Xingu (PALMQUIST, 2018, pp. 125-132).

Donos do rio

Os indígenas Yudjá do Médio Xingu, moradores da Terra Indígena (T.I) Paquiçamba, se autodenominam Juruna (FOLTRAM 2019). Eles são do mesmo povo dos Yudjá da T.I do Xingu, separados por uma migração feita há um séc., por volta de 1916, onde um grupo de 40 Yudjá seguiram em direção onde hoje é a T.I do Xingu e 12 permaneceram nas cachoeiras do Jericoá na Volta Grande. Os que permaneceram na Volta Grande tiveram seu estilo de vida assemelhado aos ribeirinhos da região tendo que evitar falar o idioma Yudjá e deixar de usar nomes indígenas para continuarem vivos (FOLTAM, 2019, p. 7). Na década de 90, com o debate sobre demarcações de Terras Indígenas após a Constituição de 1988, muitas pessoas voltam a se declarar Juruna e retornam à região onde hoje é a T.I Paquiçamba (FOLTRAM, 2019, p. 7).

Ainda que os Juruna tenham se distanciado da cultura mantida pelos seus parentes da TI do Xingu, seu modo de viver segue refletindo a ontologia Yudjá: “Nós somos um povo da água, porque nós sempre moramos ao longo dos rios, os Juruna sempre foram dono do rio, tanto que tem aquela denominação Yudjá, que são os donos da água” (FLEURY, 2013, p. 85). Na narrativa mítica, esse povo foi soprado pelo demiurgo Senã’ã nas cachoeiras do Jericoá e dispersados por esse grande xamã ao longo do rio Xingu para construir aldeias (LIMA, 2005, p. 43). São, portanto, um povo ribeirinho que se consideram os antigos habitantes das ilhas e penínsulas do Médio Xingu constituindo-se como uma civilização de navegadores. A fauna aquática do Xingu é a base da alimentação Juruna e sua principal fonte de renda (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e

GARZÓN, 2018, p. 45) de forma que os ciclos dos animais aquáticos, do rio e das florestas aluviais são profundamente conhecidos por eles.

Em realidade, as narrativas míticas reforçam a conexão que vincula os Juruna (Yudjá) e o rio Xingu como partes inseparáveis do mesmo regime expressivo de existência, mostrando ser possível afirmar que o desaparecimento de um pode levar ao desaparecimento de outro (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 45)

A barragem do Rio Xingu, portanto, que desvia grande parte da água da Volta Grande para o abastecimento de Belo Monte comprometendo o regime de vida do território, desconfigurando períodos sazonais de cheia e seca, prejudicando a navegação e os ciclos reprodutivos dos seres aquáticos, se configura também como a destruição da maneira pela qual a humanidade Yudjá Juruna se produz. É a partir do rio Xingu que essas pessoas constituem a sua existência e se identificam enquanto povo³.

O ano do fim do mundo

Os povos indígenas do Xingu estão alertando há pelo menos 35 anos sobre os riscos da construção de usinas hidrelétricas ao longo do curso do rio e seus afluentes. Os Juruna em reunião com procuradores da República no ano 2000 foram enfáticos que a construção de Belo Monte significaria a morte:

Nós, índios Juruna, da Comunidade Paquiçamba, nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, vamos ser prejudicados onde vivemos porque a água do Rio vai diminuir, como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com a baixa do rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés. Nossos parentes Kaiapó, Xypaia, Tembé, Maitapu, Arapium, Tupinambá, Cara-Preta, Xicrin, Assurini, Munduruku, Suruí, Guarani, Amanayé, Atikum, Kuruaya...vão apoiar a Comunidade.⁴

A maneira pela qual os Juruna se constroem enquanto sujeitos é pela sua relação com o Xingu, não sendo exagero dizer que eles são mantedores do regime de vida do rio. A barragem da Volta Grande ocorrida em novembro de 2015 e o desvio de sua água para alimentar Belo Monte, teve consequências tão catastróficas que o ano de 2016 foi nomeado como “o ano do fim do mundo” (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI

³ Segundo as narrativas míticas Yudjá os grupos humanos são 3: os Yudjá, os *abi imama* (povos da floresta) e os *karai* (brancos/não-indígenas). Os Yudjá são marcados, centralmente, pela sua relação com o rio e se diferem dos *abi*, outros povos indígenas, que reconhecem como os donos da floresta e dos *karai* que tomaram outros rumos (LIMA, 2005, pp. 36-47).

⁴ <https://piseagrama.org/artigos/belo-monte-de-violencias/>

e GARZÓN, 2018, p. 25). O alerta Juruna é, portanto, cosmológico – a construção e operação da UHE Belo Monte está causando o fim de seu mundo.

A vida aquática dessa região depende de ambientes sazonalmente alagados para que possam se reproduzir (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 24). Os sarobais são formações pioneiras⁵ que começam a alagar no final de novembro, a partir de janeiro isso começa acontecer também com os igapós, florestas aluviais, ao passo que em fevereiro esses ambientes se encontram todos inundados. Nesse período os peixes e as tracajás seguem para essas áreas para se alimentar das frutas que caem maduras na água, eles fazem isso para que tenham energia para entrar no período de desova (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 24). A formação dos igapós é de extrema importância para os indígenas e ribeirinhos porque são esses locais, em função da concentração de peixes, que se focam as pescarias: “49% do pescado capturado é representado pela pesca de pacus nessas épocas”. (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 24).

Em 2016 a vazante não chegou ao suficiente para que se formassem áreas alagadas o suficiente para que os peixes e tracajás pudessem se alimentar e desovar. As frutas caíram no seco e os locais adequados para reprodução não foram formados. Foram encontrados curimatãs com ovas secas dentro do corpo e tracajás podres sem ovas⁶. Sem a manutenção do regime de cheia e seca adequado, a diversidade do Médio Xingu está em risco e peixes como o acari-zebra entraram em risco de extinção (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 24).

As frutas estão caindo no seco. Isso aconteceu de um jeito muito intenso em 2016. As tracajás comem as ramas nas áreas alagadas e engordam, já o pacu é mais complicado, porque ele só engorda se comer os frutos que came. Se os frutos caírem no seco, os pacus nunca mais vão engordar e irão morrer todos. (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 28).

Hidrograma de consenso

A mais importante medida de mitigação proposta pela Norte Energia SA, empresa concessionária de Belo Monte, é o chamado “hidrograma de consenso”. Esse sistema tem por objetivo simular os ciclos de cheias e secas da Volta Grande por meio da estimativa

⁵ As formações pioneiras caracterizam-se pela vegetação de primeira ocupação, associada a espécies pioneiras que se desenvolvem sobre áreas pedologicamente instáveis, sob constantes deposições sedimentares, tais como da orla marinha, margens dos rios e ao redor dos pântanos, lagos e lagoas (SCHMIDLIN, L. A. J, 2005, p. 304).

⁶ Instituto Socioambiental. Ribeirinhos e indígenas lutam pela vida do Rio Xingu. YouTube 27 jul. 2023. In: https://youtu.be/GFHhYo_ltVM?si=jG2ClwpsI8MnmDXk.

de quantidades mínimas de água que garantiriam a sobrevivência do regime socioambiental da região. O hidrograma tem origem no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 17) como a solução para conciliar a produção de energia e os ciclos naturais do Médio Xingu – por isso “de consenso”. Ele foi aprovado às pressas pela Agência Nacional das Águas (ANA) em 2009 antes da conclusão do parecer técnico do Instituto Nacional do Meio Ambiente (Ibama) sobre a viabilidade ambiental da obra. A partir de três eixos: “garantia da navegabilidade do trecho, alagamento anual das áreas de pedrais e, a cada dois anos, o alagamento das planícies” (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 17), funciona por um sistema de rodízio anual onde no primeiro ano garante uma média de 4.000 m³/s de água e no segundo uma média de 8.000 m³/s, ambos com uma vazão mínima de 700 m³/s em épocas de seca para “garantia da navegabilidade”. (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 17). Esses dois regimes foram chamados de, respectivamente, “hidrograma A” e “hidrograma B”.

Esse planejamento pretende se sustentar com base no argumento de que a Volta Grande do Xingu e seus habitantes poderiam passar por um ano de estresse severo durante a época da cheia recebendo minimamente 4.000 m³/s, desde que no ano seguinte fosse liberada uma vazão de 8.000 m³/s, que se presume suficiente para recuperar os danos do ano anterior e garantir a reprodução das funções ecológicas da época da cheia. (Monitoramento 2018:18)

Em 2009, o Ibama por meio de análise técnica do EIA, concluiu que os termos do hidrograma de consenso não são suficientes para a garantia dos ciclos da Volta Grande do Xingu. No documento se afirma que a cheia média anual do rio Xingu é de 23.000 m³/s de água e que menor vazão já registrada na região é de 12.627 m³/s, “cerca de 58% maior que os 8.000 m³/s, o melhor cenário proposto para a mesma época”. (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 18). O ano do fim do mundo que protagonizou o cenário devastador citado acima teve um fluxo de água de 10.000 m³/s na época de cheia (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 18), ainda maior do que o hidrograma de consenso propõe. Além de ser devastador para a vida aquática, esse sistema também não garante a navegabilidade do rio durante a estiagem (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 19) o que dificulta a pesca e impede que os Juruna se desloquem, como fazem há centenas de anos, dentro de seu território ancestral. Em 2020 uma seca histórica assolou a Volta Grande do Xingu⁷,

⁷ <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/guerra-pela-agua-apos-cinco-anos-de-operacao-de-belo-monte-volta-grande-do-xingu-sofre-com-a-sec>

em função da barragem e do hidrograma, impedindo de forma muito violenta a piracema – período de reprodução dos peixes. Em 2023 foram encontradas milhões de ovas de peixes secas, principalmente do curimatã, em um local que antes era um berçário aquático⁸.

Monitoramento independente Juruna

Em 2018 foi publicado o documento “Xingu, o rio que pulsa em nós: Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu” produzido pela Associação Yudjá Miratu Xingu (AYMIX), da T.I Paquiçamba, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse trabalho reúne cinco anos de pesquisa na forma de um monitoramento independente do povo Juruna dos impactos de Belo Monte. Cinco anos é o tempo mensurável de uma pesquisa que foi feita, na verdade, em interface com um conhecimento sobre o rio acumulado por um tempo incomensurável, “centenas ou milhares de anos” (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 45), pelos Juruna. Esse documento demonstra como o hidrograma de consenso é insustentável e opera como mais uma das investidas da máquina de morte que é Belo Monte⁹.

De antemão, a iniciativa é uma reação ao menosprezo dispensado aos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, nos marcos do planejamento de um megaempreendimento que afeta direta e profundamente uma extensa e complexa rede de seres e ambientes (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018, p. 45).

As informações supracitadas sobre os regimes de seca e cheia da Volta Grande, sua importância na vida dos peixes e tracajás e sua relação com a pesca foram todas tiradas do Monitoramento (PEZZUTI, CARNEIRO, MANTOVANELLI e GARZÓN, 2018). Divido em 4 partes – Apresentação; Modo de vida Juruna (Yudjá) e as transformações após Belo Monte; Hidrograma de consenso ou de conflito?; As frutas estão caindo no seco: dinâmicas da pesca e segurança alimentar na Volta Grande do Xingu; O fim do mundo que conhecemos – ele é central na luta contra o hidrograma “de consenso”, que os Juruna e seus aliados têm chamado de “hidrograma de conflito”¹⁰, demonstrando que

⁸ <https://sumauma.com/o-dia-em-que-os-yudja-encontraram-um-bercario-de-peixes-transformado-em-tumulo-por-belo-monte/>

⁹ VI Conferência Curt Nimuendajú_ Tania Stolze. YouTube, 5 jun. 2019. https://youtu.be/DZ25U_5D_K0?si=ocpOsBnQcrIpNKS7.

¹⁰ Instituto Socioambiental. Ribeirinhos e indígenas lutam pela vida do Rio Xingu. YouTube 27 jul. 2023. In: https://youtu.be/GFHhYo_lVM?si=jG2CIwpsI8MnmDXk.

seguir com ele é seguir matando o Xingu pelo impedimento de seus ciclos naturais. A partir do trabalho do monitoramento, em 2022 foi publicado o “Hidrograma Piracema: o Monitoramento Ambiental Territorial Independente da Volta Grande do Xingu e os critérios ecossistêmicos para manutenção da vida” que propõe um novo regime de fluxo de água para a região que se aproxima da vazão natural e garante as cheias naturais, a formação dos sarobais e igapós, os ciclos reprodutivos dos peixes e tracajás e a navegação (SAWAKUCHI, 2022, p. 22). O parecer aponta que em dezembro de 2021 o volume de água foi quatro vezes menor que a média das vazões históricas da Volta Grande (SAWAKUCHI, 2022, p. 16) e que entre 2021 e 2022 algumas áreas historicamente alagadas simplesmente não demonstraram atividade de reprodução de peixes (SAWAKUCHI, 2022, p. 16). Considerar a o início da inundação em novembro e o início da vazante em maio de forma que garanta que esses ciclos se façam de forma contínua, ou seja, sem “repiquetes” (SAWAKUCHI, 2022, p. 22) é a maneira pela qual o regime de vida da Volta Grande pode ser salvo.

Quem sabe quando a água precisa chegar? Quem sabe quanta água precisa chegar? Juruna sabem, tracajás sabem, pacus sabem, curimatás sabem, melosa sabem, piranhas sabem, sarobais sabem, ribeirinhos sabem, florzinhas sabem. Essas existências sabem e já está na hora de serem ouvidas (SAWAKUCHI, 2022, p. 23)

Os cipós que sustentam o mundo

Senã’ã dispersou os Yudjá ao longo do Médio Xingu e os fez navegadores donos d’água. O céu em sua narrativa mítica é uma abóboda que circunscreve o espaço-mundo sustentando-se sobre a cabeça de dois sapos-cururus de onde erguem-se galhos de árvores e cipós. Nas épocas de fortes chuvas o cipó apodrece e cabe a um tipo de ente fazer a manutenção a fim de que o mundo siga sustentado (LIMA, 2005, p. 26). A destruição do rio – seu barramento por uma usina – representa a perda do berço dessa sociedade e pode ocasionar a morte de todos os entes do território (ou grande parte deles) o que pode acarretar os mais variados desequilíbrios cosmológicos. A continuidade do mundo depende de um fluxo equilibrado entre as forças do cosmos, de uma cadência de vida onde sujeitos vários, com seus respectivos interesses, sabem a hora de cada coisa e de como agir para viver bem num regime de vida onde a existência de outros seres diversos é imprescindível para um bem-estar cosmológico. Os Juruna do Médio Xingu estão alertando por meio do Monitoramento Independente e pelo Hidrograma Piracema que a barragem da Volta Grande é uma ação deliberada pela destruição do mundo e que é

preciso um fluxo de água equilibrado, constante, na hora certa, nem demais, nem de menos, mas o correto, para que o Xingu continue vivo.

[...] nossos antepassados falavam que pra nós Juruna o céu está dentro da água, então tem uma ligação muito forte espiritual também. [...] porque a nossa visão é assim é que o céu é dentro da água, porque se não fosse céu se perdia na água. Então os espíritos que morrem vão tudo pro fundo da água (FLEURY, 2013, p. 185)

Seu alerta é cosmológico. Essa lógica de desenvolvimento que Belo Monte encarna significa o empreendimento da morte em larga escala e a expansão da malha hidrelétrica brasileira cresce arrogante frente ao trabalho dos que evitam que o mundo acabe. É importante para nós prestarmos atenção no que esses povos estão nos dizendo, pois, as ações não-indígenas de exploração e modificação da terra se inserem na instituição dessa nova era geológica marcada pelo *antropos* como força geológica, o Antropoceno, que promove os diversos distúrbios geológicos em nosso planeta. Segundo o relatório “Climate Change and Human Rights”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2015), a mudança climática decorrente de fatores antrópicos é a maior ameaça ao meio ambiente e aos direitos humanos de nossa era. O relatório diz ainda que por mais que na última década a comunidade internacional tenha chegado a um consenso sobre esses problemas, ainda assim há uma negligência por parte de governos e agentes privados em efetivamente adotar medidas para a reversão de tais problemas. Essa negligência, porém, parece não ser inconsciente. A grande estrutura que compõe a filosofia ocidental dispõe de um esforço histórico para criar e perpetuar uma distinção entre duas séries paradigmáticas chamadas Natureza e Cultura (Latour, 1991), sendo a primeira exterior à dimensão social constituída pela segunda, o que, dentre outros efeitos, parece legitimar a subjugação do meio ambiente em relação à “sociedade”. O Ocidente aparenta caminhar a passos largos para o esgotamento do nosso sistema planetário e não parece ter dispositivos eficazes para evitar que isso aconteça.

Em função da blindagem jurídica de Belo Monte frente as denúncias públicas e a recusa da Norte Energia SA em levar em conta o que os indígenas e ribeirinhos da Volta Grande têm a dizer sobre a usina, os Juruna empreendem, junto de seus aliados no Xingu, o Monitoramento Independente como forma de resposta ao avanço mortal da usina sobre o berço de sua civilização. Tanto o documento “Xingu: o rio que pulsa em nós” quanto o “Hidrograma Piracema” foram produzidos em interface com o conhecimento tradicional ancestral dos Juruna Yudjá e apresentam, portanto, um caráter cosmológico. Mostram

seus entendimentos sobre a manutenção do mundo e da vida e evidencia sua condição ontológica: os Yudjá são os donos do rio, eles têm canoas no lugar dos pés.

Referências

FLEURY, Lorena. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 320f. Tese de doutorado – UFRGS. Porto Alegre, 2013.

FOLTRAM, Rochelle. A re-existência Juruna (Yudjá) na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, jul. 2019.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Editora 34, 1991.

LIMA, Tania Stolze. Um peixe olhou pra mim: O povo Yudjá e a perspectiva. Editora Unesp, 2005.

MANTOVANELLI, Thais. Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os estudos complementares do Rio Bacajá: Reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 46, p. 159-188, jul./dez. 2016.

PALMQUIST, Helena. Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição. 152f. Dissertação de mestrado. – UFPA. Belém, 2018.

PEZZUTTI, Juarez; CARNEIRO Cristiane; MANTOVANELLI, Thais; GARZÓN, Biviany R. Xingu, o rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos de UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Climate Change and Humans Rights. Nova Iorque: 2015.

SCHMIDLIN, L. A. J. Mapeamento e caracterização da vegetação da Ilha de Superagüi utilizando técnicas de geoprocessamento. Floresta, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005. p. 304.